

AGROECOLOGIA COMO EDUCAÇÃO PARA O BEM VIVER

AGROECOLOGY AS EDUCATION FOR GOOD LIVING

Ana Christina Duarte Pires¹

Resumo

Este texto é uma revisão bibliográfica que tem como objetivo discutir o entrelaçamento entre as temáticas Agroecologia e Educação, em uma proposta de Bem Viver baseada na sustentabilidade e que prima pela qualidade de vida. O texto traz reflexões com princípios agroecológicos, capazes de chamar a transformações concretas na sociedade pela Educação. Parte do entendimento das bases da Agroecologia, que deixa de ter uma dimensão puramente ambiental e passa a relacionar-se aspectos sociais, culturais e educacionais, a fim de sustentar transformações que proporcionem um Bem Viver a todos os sujeitos da sociedade. A Agroecologia, assim, amplia seus conceitos para além da produção de alimentos, incluindo dimensões como ciência e estilo de vida. A partir deste entendimento, passa-se para uma discussão sobre a busca por um Bem Viver que preserve todos os seres vivos, através de ações possíveis compartilhadas entre o meio rural e o meio urbano. O entendimento dessas relações é possível quando se reconhece que um processo educativo alternativo e emancipatório é o único caminho para uma conscientização de Bem Viver, a fim de recuperar nossa sabedoria instintiva, nossa capacidade amorosa, criatividade e consequentemente de conhecer e reconhecer pessoas, grupos, território e natureza. Conclui-se esse texto com um convite a uma transformação de estilo de vida, por alternativas viáveis e reais, com diversos graus de comprometimento.

Palavras-Chave: estilo de vida; sustentabilidade; meio ambiente.

Abstract

This text is a literature review that aims to discuss the intertwining between the themes of Agroecology and Education, in a proposal for Good Living based on sustainability and that excels in quality of life. The text brings reflections with agroecological principles, able to call for concrete transformations in society through Education. It starts from an understanding of the basis of Agroecology, which ceases to have a purely environmental dimension and begins to relate social, cultural, and educational aspects, in order to sustain transformations that provide a Good Living for all subjects of society. Agroecology, thus, broadens its concepts beyond food production to include dimensions such as science and lifestyle. From this understanding, we move on to a discussion about the search for a Good Living that preserves all living beings, through possible actions shared between the rural and urban environments. The understanding of these relationships is possible when we recognize that an alternative and emancipatory educational process is the only path to an awareness of the Good Living, in order to recover our instinctive wisdom,

* **Artigo Original:** Recebido em 20/09/2021 – Aprovado em 18/11/2021.

¹ Graduada em Engenharia Agrônômica, Mestra em Agronomia, Doutora em Sociologia, Professora do Curso de Tecnologia em Agroecologia, Núcleo de Estudos em Agroecologia, Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná (UFPR Litoral), Matinhos / PR, Brasil. e-mail: anachrisdp@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3542-9926> (autor correspondente)

our capacity for love, creativity, and, consequently, to know and recognize people, groups, territory, and nature. We conclude this text with an invitation to a transformation of lifestyle, through viable and real alternatives, with various degrees of commitment.

Keywords: *lifestyle; sustainability; environment.*

1 Introdução

Esta revisão bibliográfica tem como base uma reflexão sobre as interfaces entre Agroecologia e Educação que direcionam a uma melhor qualidade de vida, entendida como Bem Viver. Sem nenhuma pretensão de soluções, esse texto é escrito sob impacto de discussões já assentadas, realizadas por especialistas nos temas, e por provocações sobre a necessidade de mudanças de estilo de vida, relacionadas com a sustentabilidade dos meios rural e urbano. Este outro estilo de vida é fundamentado por uma proposta de educação emancipatória, que considera a Agroecologia um instrumento para uma sociedade mais humanisticamente consciente e sustentável. Além de fomentar a conscientização educacional, social e ambiental, o texto traz reflexões com princípios agroecológicos, sendo capaz de chamar a transformações concretas na sociedade.

Portanto, o objetivo do presente texto é trazer à discussão o entrelaçamento entre Agroecologia e Educação, em uma proposta de Bem Viver baseada na sustentabilidade.

Os estudos dessas interfaces tornam-se relevantes à medida que consideram as dinâmicas entre esses dois setores como agentes para uma transformação sustentável, o que fundamenta esse estudo. Dessa forma, passa-se a apresentar o texto que, além dessa Introdução, está estruturado em outras quatro seções.

A seção 1 visa compreender a Agroecologia, considerando-a tanto como uma alternativa viável que se relaciona com um estilo de vida que proporciona a sustentabilidade em todas as suas dimensões. Nessa abordagem, são compreendidos os princípios básicos da Agroecologia.

Na seção 2, são entendidas as relações que fazem com que o modo de Bem Viver encontre na Agroecologia a sua identidade como chave para uma transformação social, no momento em que a entende como uma forma de ressignificar a relação das pessoas com o território em que vivem e de repensar as relações sociais, de educação, de trabalho, de

produção e de consumo. Essa identificação constitui ações que podem apoiar fortemente o enfrentamento ao modelo de desenvolvimento que desqualifica a defesa da vida humana e das condições de vida no planeta.

Na seção 3, é demonstrado de que forma uma outra educação é a ferramenta necessária para a retomada da sustentabilidade. Aborda o entendimento da conscientização sobre a necessidade de ressignificar o meio ambiente e relações sociais, como chave para transformação de práticas e hábitos de consumo e de produção, a fim de proporcionar uma maior independência dos sistemas de mercado que fazem parte do sistema convencional. É apresentada a base dessa transformação como a busca da relação harmoniosa entre indivíduo, sociedade e natureza, que pode envolver vários sujeitos e vários locais, entendendo a importância de ações individuais e ações coletivas na adoção de estilos de vida sustentáveis, em vários graus de envolvimento.

A seção 4 é o resultado das reflexões que possibilitaram entrelaçar todos os capítulos anteriores, no sentido de construir conclusões sobre o estudo realizado.

Por fim, na última seção, são apresentadas as referências bibliográficas utilizadas nessa revisão.

2 Princípios de Agroecologia

Inicialmente, o objetivo da Agroecologia foi o de produzir quantidades adequadas de alimentos, de alta qualidade biológica, acessíveis para todas camadas da sociedade (CAPORAL; COSTABEBER, 2002). Com esse objetivo, mesmo com uma diversidade de formas de Agroecologia, segundo Pazmiño, Concheiro e Wahren (2017, p. 46) foram estabelecidas bases comuns que compõem suas características, tais como:

- a) Produção voltada para o autoconsumo, trocas e comercialização em espaços locais e regionais. Isso está diretamente ligado à viabilidade

- econômica da propriedade, sendo que essa comercialização possibilita a aquisição de produtos, bens e serviços necessários para o Bem Viver;
- b) Uso predominante de insumos gerados dentro da unidade de produção com minimização dos fornecimentos externos através da compra. Isso representa, além de economia, uma independência dos pacotes tecnológicos e valorização da própria cultura. Exemplo é o composto orgânico, que é um fertilizante feito a partir dos resíduos dos animais, cuja produção é do próprio sítio ou é obtida no espaço local;
 - c) Uso de técnicas artesanais, como os produtos de origem biológica para cuidar das plantações. Estes insumos podem ser produzidos pelo próprio agricultor ou podem ser obtidos a baixo custo. Além de não serem prejudiciais à natureza, não têm impactos negativos na saúde. Também promovem escape aos pacotes tecnológicos onerosos;
 - d) Diversificação de culturas, associadas a técnicas de rotação para aumentar a fertilidade do solo durante o ciclo de produção e também de pousio, para permitir que o solo recupere a sua biodiversidade. Isso permite alternativas a fim de atender às variações de demanda do mercado de produtos;
 - e) Para quem tem a opção de investir financeiramente, uso da maior quantidade de energia renovável como solar, eólica e biogás, com o objetivo de minimizar o uso de energias convencionais como carvão, gás, petróleo, elétrica;
 - f) Espaços de comercialização a nível local/regional, como as feiras, visando diminuir ou eliminar os intermediários, incentivando também outras formas de intercâmbio não capitalista (permuta, trabalho comunitário/voluntário). Essa atividade, inclusive, pode fazer parte na distribuição de mão de obra entre a família;
 - g) A gestão do processo de trabalho e o ciclo de produção é feita de acordo com os ciclos próprios da natureza. Estabelece-se uma relação de reciprocidade (que em muitos casos construiu a própria natureza como sujeito) e a harmonia entre a produção de alimentos, a

reprodução do ambiente natural e ambiental do produtor. O tempo não é acelerado através do encurtamento de ciclos a fim de proporcionar maior produtividade ao longo do ano, hormônios não são administrados aos animais a fim que cheguem ao peso de venda em menor espaço de tempo, como ocorre na agricultura de modelo hegemônico;

Com o passar o tempo e com a sua organização, os questionamentos sobre impactos ambientais e sociais causados pela agricultura em larga escala produziram reflexões que culminaram com uma série de manifestações sociais que passaram a adquirir crítica e o debate em torno de novas formas de agricultura (e de desenvolvimento) (ALTIERI, 2002). Assim, seus objetivos passam a acolher outros campos, como transformação de estilos de vida, tendo a educação como meio de transformação que compreendem a Agroecologia articulada às tradições de luta dos movimentos sociais das populações tradicionais do campo e urbanas, em favor da manutenção da vida e do território.

Sua prática produtiva e a relação de reciprocidade com a natureza compreende o caráter emancipatório e de resistência ao sistema hegemônico. Assim, a Agroecologia é assumida para além de sua componente produtiva: em sua dimensão política emancipatória por uma diversidade de movimentos que sintetizam a construção de alternativas viáveis ao capitalismo nas noções de soberania alimentar, autonomia e na noção do território como um espaço de vida.

Por sua capacidade de mobilizar e formar pessoas, reunir e propiciar ações, reflexões e práticas capazes de transformar a realidade, os princípios agroecológicos na educação podem ser considerados como uma ferramenta poderosa para uma compreensão das relações homem e natureza a fim de promover uma sociedade sustentável, compreendendo as dimensões ambiental, cultural, econômica, política, cultural e ética (CAPORAL; COSTABEBER, 2002).

O estilo de vida na Agroecologia se faz pelos sujeitos desse movimento também são diversos: podem partir de meios sociais onde uma vida alternativa já era incorporada nos seus hábitos ou podem partir de uma transformação através de uma conscientização feita ao longo do caminho, determinada pelas instituições por onde os indivíduos passam. Trata-se, portanto, de uma diversidade de outros sujeitos, mas, em comum,

a busca pelo Bem Viver, para si, para os outros seres e em harmonia com natureza.

Importante salientar que esse Bem Viver é um movimento alternativo distinto da lógica de associação com o viver bem pregada pelo modelo capitalista, que envolve consumo exagerado e acumulação de bens, assim como aparatos tecnológicos que não condizem com a realidade de cada local. Pelo contrário, o Bem Viver considerado neste trabalho consiste do resultado de uma quebra das fronteiras entre natureza e seres humanos determinada pela lógica hegemônica.

3 Bem Viver e Agroecologia

A fim de desenvolver e consolidar o conceito de Bem Viver, Obregón (2013) identifica os elementos que compõem a transformação do conjunto de hábitos, pensamentos e ações que envolvem:

- a) Igualdade social de indivíduos heterogêneos e diversos, contra a classificação desigual e a identificação racial/sexual/social da população mundial;
- b) Agrupamentos, pertences e/ou identidades como produto das decisões livres e autônomas de indivíduos livres e autônomos;
- c) Reciprocidade entre grupos e/ou indivíduos socialmente iguais, na organização do trabalho e na distribuição dos produtos;
- d) Redistribuição igualitária dos recursos e produtos, tangíveis e intangíveis do mundo, entre a população mundial;
- e) Tendência de associação comunal, em escala local, regional ou global, com o modo de produção e gestão diretas, com mecanismo eficaz de distribuição e redistribuição de direitos, obrigações, responsabilidades, recursos, produtos, entre os grupos e seus indivíduos. Assim, o Bem Viver quebra os significados construídos pelos modos capitalistas, onde viver bem é sustentado por acúmulo de bens e individualismo. Essa quebra manifesta-se em vários domínios e, em particular, “em tudo o que toca à simbolização da posição social” (BOURDIEU, 1979, p. 25).

Como exemplo, a filosofia e hábitos praticados nessa concepção de Bem Viver envolvem o entendimento da consagração do alimento, onde

a principal preocupação é com o respeito à vida, ao bem estar animal e a garantia de direito à vida para todas as espécies, o que se constitui em uma forma alternativa de consumo à convencional. Também fazem parte desse consumo alternativo as plantas medicinais e homeopatia, o que ressignifica a natureza, além de alimento, como a cura e prevenção de doenças. Toda essa valorização das culturas ligadas à natureza remonta a caminhos para a retomada da consciência humanística dissociada do instantâneo e do palpável, tão comum na educação e nos costumes convencionais. Sua economia se identifica com a solidária, seu modelo de produção respeita a natureza e os seres humanos têm uma preocupação ética que se expande de forma a conscientizar o maior número de pessoas possível, através de uma proposta educacional, formal ou não, que vise não apenas habitar uma sociedade, mas construir outro mundo.

O ponto de partida para a transformação para modos de vida alternativos com base no Bem Viver é o questionamento profundo das necessidades materiais simbólicas vendidas pelo modelo hegemônico, como o desejo de consumo originado pelo apelo midiático como se fosse uma obrigação. A motivação para esses questionamentos é a simplicidade e a simplificação da vida quando se identifica o que é essencial para o Bem Viver e o que é descartável, visando éticas e valores não mercadológicos. Dessa forma, o questionamento abrange a real necessidade dos produtos e a maneira de apropriação¹ desses produtos e/ou bens, a fim de compor uma relação harmoniosa com todos os seres e o meio onde vivem.

A relação harmoniosa é, portanto, construída considerando a totalidade da vida. São esses valores e saberes éticos que orientam os modos alternativos de vida através de outros modos de produção, de relações sociais e de consumo. Assim, a busca por estilos de vida alternativos deriva-se das conclusões com relação à necessidade real de produtos materiais e de sua quantidade, o que orienta e organiza práticas diversas (BOURDIEU, 1979). Ante as decisões sobre dispensa ou diminuição do consumo, Obregón (2013 p. 47) conclui que “Nestas condições, Bem Viver, hoje, só pode ter sentido como uma existência social alternativa”. Por essa razão, a distribuição das relações de poder abandona a lógica de mercado convencional, onde a posse de um bem ou serviço serve como uma linha única onde as relações se

desenvolvem através das tensões entre quem os tem e quem os almeja.

Observa-se, portanto, que um estilo de vida que busca, antes de tudo, a harmonia com a natureza, considera a Terra como um ser vivo e que a natureza em equilíbrio sustenta um ambiente complexo capaz de promover as melhores condições para a existência de vida no planeta (LOVELOCK, 1987). Assim, a ecologia é tida como um dos pilares do resgate da consciência.

Esse cuidado e proteção às diferentes formas de vida, no momento em que reconhece a sua contribuição no conceito do Bem Viver, possibilita a compreensão sobre o papel desempenhado pela Agroecologia e pelos movimentos de resistência de bases agroecológicas nos tempos atuais. Diante desse quadro complexo de alternativas que ultrapasse as fronteiras da convencionalidade, a Agroecologia, por constituir não somente práticas, mas também a consciência, as relações e os hábitos, determina um estilo de vida que permita a sobrevivência e uma coexistência digna para diversos grupos sociais e demais espécies vivas da Terra.

Assim, o modo de Bem Viver pode encontrar na Agroecologia a sua identidade como chave para uma transformação social, no momento em que a entende como uma forma de ressignificar a relação das pessoas com o território em que vivem e de repensar as relações sociais, de educação, de trabalho, de produção e de consumo. Essa identificação constitui ações que podem apoiar fortemente o enfrentamento ao modelo de desenvolvimento que desqualifica a defesa da vida humana e das condições de vida no planeta. Nesta concepção, essas propostas conjugam as premissas de cuidado e defesa da vida, produção de alimentos, consciência política e organizacional.

O modo alternativo de vida na busca do Bem Viver, no momento em que se identifica com a Agroecologia, constitui-se como voltado a práticas de mudanças culturais que podem dialogar com os demais temas: ecológicos, sociais, políticos, institucionais e éticos, comprometidas com o Bem Viver e com a melhoria das condições existenciais da humanidade e das demais espécies que compartilham ou virão a compartilhar o planeta. E, conforme já visto neste trabalho, essa rede de temas compõe a sustentabilidade das sociedades, já que envolve questões como uso racional da terra e dos demais recursos naturais, educação, saberes, solidariedade, representação e participação política, economia,

cultura, espiritualidade e posicionamento frente às mudanças socioambientais locais e globais.

O outro aspecto envolve pensar e agir local e globalmente, de forma a apoiar a constituição de formas de organização social, de fazer política e de construir economias, instituições, estruturas, relações e espaços educadores alternativos ao modelo hegemônico. A transformação é um despertar para o autoconhecimento, para o reconhecimento de grupo e da coletividade na forma de cooperação e colaboração para muitas das necessidades e buscas do ser humano. Compreende, inclusive, os diferentes saberes tradicionais para resgatar e solidificar a sabedoria no que fortalece a retomada da consciência humanística. Assim, nesse universo existe uma ordem social que possibilita a harmonização entre o desenvolvimento pessoal de cada indivíduo e, por outro lado, pelas exigências feitas pelo trabalho coletivo de muitos no tocante à manutenção do social como um todo, conforme ELIAS (1994 p. 16), quando observa que não há um abismo que separa o individual do social, pois, “ninguém duvida de que os indivíduos formam a sociedade ou de que toda sociedade é uma sociedade de indivíduos”. Dessa forma, no entendimento do Bem Viver compreendido no estilo de vida alternativo, o desenvolvimento de um está intimamente ligado ao do outro, como um sistema de rede onde a dissociação é inconcebível.

A busca pela redistribuição justa do Bem Viver como um ideal almejado para uma sociedade sustentável originou-se da crise socioambiental. Isso abriu espaço para o questionamento da racionalidade econômica e tecnológica dominante e exigiu transformações nas sociedades. As consequências dessa crise, portanto, levaram as sociedades a internalizar outros valores sobre bases de sustentabilidade ecológica e equidade social. Sendo assim, novas abordagens, ou ressignificação das já existentes, resultaram em um processo de construção de sociedades alternativas ao modelo dominante.

Ao contrário da preocupação ambiental orgânica dos povos tradicionais, onde natureza significa sobrevivência e, portanto, a relação harmoniosa faz parte da sua cultura, os estilos de vida alternativos, enquanto motivados por escolhas, podem ser considerados recentes. As escolhas por alternativas de Bem Viver, enquanto originadas por uma reflexão das consequências ambientais e do modelo econômico são movimentos novos. No momento em que essa reflexão ocorre no sentido de

buscar outros modos de vida que não reforcem nem contribuam na perpetuação do modelo de exploração da natureza e dos seres humanos, isso constitui uma tensão. Trata-se de uma reação ao modelo fixado pelo convencional, que tem no seu cerne interesses econômicos e financeiros, já que quanto mais lucram com as dinâmicas atuais, mais dificultam qualquer chance de transformação.

4 Educação para o Bem Viver

A resistência do modelo hegemônico à quebra de seu sistema, em um outro estilo de vida, não se limita ao modo produtivo, mas também a ciência e a educação, a fim de alimentar todo o processo que constitui a sua dominação. O modelo pedagógico do ensino convencional acentua os conflitos causados pela sua tendência a padronização, homogeneização e fragmentação do conhecimento.

Nesse sentido, é preciso elaborar outras formas de se fazer educação que não contribuam ou repitam as formas tradicionais, na busca de alternativas ao modelo hegemônico.

A conscientização que leva a essa busca consiste nas considerações de Freire (1981, p. 91) sobre a expressão situação limite. Ela envolve tanto a compreensão sobre o “[...] contorno ecológico, social e econômico em que vivemos” (FREIRE, 2000, p. 155) quanto um campo temático a ser ressignificado, o que é entendido quando o autor constata que: “[...] o próprio dos homens é estar, como consciência de si e do mundo, em relação de enfrentamento com sua realidade em que, historicamente, se dão as ‘situações-limites’” (FREIRE, 1981, p. 91). Somente com uma visão que envolve o enfrentamento destas situações é possível transformar a realidade, a fim de tornar possível uma educação libertadora e humanitária, portanto sustentável. Freire (1981, p. 92) define o homem como “[...] ser de práxis” e entende este termo da seguinte forma: “[...] práxis que, sendo reflexão e ação verdadeiramente transformadora da realidade, é fonte de conhecimento reflexivo e criação”.

É necessário reunir segmentos da sociedade, além de produtores e de grupos isolados, para se constituir um movimento que supere as limitações abordadas anteriormente, a fim de promover e sustentar modos de vida e de produção alternativos ao modelo hegemônico, incluindo a elaboração de políticas públicas. Nesse sentido, são fundamentais

os diálogos entre sabedoria e conhecimento, bem como a incorporação da educação como um dos instrumentos de conscientização e de organização. Esses diálogos devem ser capazes de identificar as demandas e necessidades, a fim de suprir as carências de informação, construir caminhos de articulação entre sujeitos envolvidos, na busca de alternativas possíveis de transformação. Isso só é possível através de uma democratização do conhecimento, com formações e capacitações técnicas desses sujeitos, sejam eles do campo ou outros, derivados da ressignificação do meio rural. Desses diálogos devem resultar as ferramentas específicas capazes de transformação, a fim de superar as limitações do modelo convencional de educação.

Nesse entendimento, a educação é a grande ferramenta para a retomada da consciência humanística, através de uma forma mais rica de aspectos mais humanos e com capacidade para reparar os erros causados pela educação puramente tecnológica. Mazzala Neto (2014, p. 41) identifica a educação em Agroecologia como uma proposta emancipatória, pois “busca caminhar pela práxis e a dialética, para além de uma proposta teórica pura e desconectada do mundo real”. Esse processo educativo compõe-se por experiências diversas reais e sólidas, com um olhar atento para o movimento da realidade, ou seja, a situação da produção e consumo de alimentos, seus sujeitos e a sua relação com a prática da Agroecologia.

Para isso, não há a necessidade de desarticular o lado racional do lado intuitivo lembrando, inclusive, que a articulação entre ambos faz parte do modo de vida dos povos tradicionais. Assim como temos o lado da razão, fundado e mantido pelo científico, temos o lado da intuição e isso não pode ser descartado. Dessa forma, só a compreensão da totalidade do pensamento humano como a soma e articulação entre as partes, já destacada por Morin e Le Moigne (2000), que ressaltam a relação dos saberes para novas concepções de conhecimento e de educação, é capaz de sustentar indivíduos mais dotados de sabedoria ao invés de mero conhecimento. Esse processo é tido por Naranjo (2015) como retomada da consciência.

Constitui a retomada da consciência outra forma de pensar:

(...) esta inteligência da história, que descarta um futuro predeterminado

não nega, porém, o papel dos fatores condicionantes a que estamos homens e mulheres submetidos (...) reconhece a importância da decisão como ato que implica ruptura, a importância da consciência, da subjetividade e da intervenção crítica dos seres humanos na reconstrução do mundo. (FREIRE, 1997 p. 47).

Uma das propostas para essa forma de pensar pode ser obtida é através de uma educação emancipatória, que contribui para a autonomia e que parte de uma formação significativa e consciente durante toda a vida dos indivíduos.

Essa forma pode ser desenvolvida por projetos com este propósito, isto é, com o pressuposto do trabalho direto com as comunidades locais. Tais ações podem gerar a participação, a conscientização e o empoderamento na sociedade, diante da possibilidade de uma educação crítica, criativa e comprometida com uma mudança social que reverta os quadros de dominação, a fim de proporcionar o Bem Viver a todos os sujeitos da sociedade.

Uma educação emancipatória deve ser capaz de construir atores que agem como protagonistas da transformação de uma nova realidade rural e urbana através da ressignificação da produção, da participação e do consumo. São atores diversos, com diferentes linguagens, origem social e geográfica, mas que em comum reagem ao padrão massificado capitalista (de produção e consumo) pela articulação de novas gramáticas, identidades refletidas em ações (e não somente no discurso), reapropriação da natureza e transformação de seu uso (BRANDEMBURG, 2010).

São sujeitos capazes de compreender que as relações de consumo não envolvem somente mercado, mas também são considerados parâmetros de saúde, inclusão social, educação, hábitos e costumes, para além do discurso clássico. Esses sujeitos possuem a capacidade de dar visibilidade às populações oprimidas, constituindo um veículo para que suas necessidades possam ser atendidas. Assim, o conhecimento científico dos novos atores assume um caráter social.

A relação entre a Agroecologia e a Educação é entendida como uma proposta de intervenção na realidade, de forma a integrar teoria e prática,

buscando a transformação social no campo através do manejo de recursos naturais e ressignificação do trabalho e da relação humanidade e natureza. O entendimento dessas relações é possível quando se reconhece que o processo educativo, segundo Naranjo (2015), é o único caminho para a retomada da consciência. No entanto, esse processo deve despojar-se dos comportamentos individualistas e com interesses econômicos, a fim de recuperar nossa sabedoria instintiva, nossa capacidade amorosa, criatividade e consequentemente de conhecer e reconhecer pessoas, grupos, território e natureza. Ainda de acordo com Naranjo (2015, p. 71) “nossa maior esperança coletiva talvez seja a de uma transformação educacional e que deveríamos encaminhar-nos sem tardança ao propósito de formar uma geração mais sábia, solidária e sadia do que essa a que pertencemos”.

Nesse modelo, são buscadas outras relações entre os sujeitos que não envolvam métodos pedagógicos lineares e unidirecionais de produção e difusão de conhecimentos pois, segundo as discussões referenciadas neste trabalho, a Agroecologia é tomada por sua característica multidimensional e transdisciplinar. Dessa forma, essas relações, nos processos educativos em Agroecologia, são capazes de desatrelar a educação da concepção da ciência dominante, entendida como modelo exclusivo de racionalidade que governa a ciência moderna. Esse é o grande desafio dos cursos de Agroecologia (sejam de nível superior ou técnico): preparar os educandos para atuarem em convergência com os agricultores familiares, produzindo um outro saber, assentado em racionalidades ecológicas inspiradas nas formas de produzir dos povos tradicionais-

Para superar esse desafio, é necessário:

um enfoque mais específico nas dimensões política e cultural da Agroecologia, entendida como a necessidade de aprofundar aspectos políticos de organização social, assim como refletir sobre os diferentes marcos institucionais e cognitivos que regem as instituições educacionais e a busca por afirmação de políticas públicas por grupos sociais marginalizados (SOUSA, 2017 p. 637).

Assim, a Agroecologia vai além de uma ciência: é um redimensionamento de práticas para sua constituição como instrumento de transformação social. Os processos educativos assim derivados são capazes de formar sujeitos de acordo com a articulação harmoniosa entre todas as dimensões da sustentabilidade estudadas no capítulo.

A educação é capaz de capacitar e conscientizar os diferentes atores dos mundos rurais e urbanos, transformando o seu meio em um sistema produtivo através de alternativas de pensar e agir que tornem possíveis outros modelos que representem uma quebra na reprodução e expansão do modelo hegemônico. Para isso, segundo Sousa (2017) uma educação crítica e transformadora consiste na estratégia central.

Ressalta-se que, para essa conquista, o processo educativo na Agroecologia envolve não só uma desarticulação do modelo educacional determinado pelo modelo hegemônico, mas a construção de outro modelo pautado na autonomia e na emancipação dos sujeitos envolvidos, através da combinação e entrelaçamento de conhecimentos que permitam que eles se reconheçam, reconheçam o mundo, se reconheçam entre si e no mundo, de forma a que isso permita interagirem no mundo. Assim, nesse outro modelo, é considerada a frase reflexiva de Freire (1981, p. 68): “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”.

Essa abertura não surge da prática autoritária dos sistemas educativos convencionais, mas sim de uma prática realizada, segundo Freire (1992), com a seguinte justificativa:

O diálogo entre professoras ou professores e alunos ou alunas não os torna iguais, mas marca a posição democrática entre eles ou elas. Os professores não são iguais aos alunos por n razões, entre elas porque a diferença entre eles os faz ser como estão sendo. Se fossem iguais, um se converteria no outro. O diálogo tem significação precisamente porque os sujeitos dialógicos não apenas conservam a sua identidade, mas a defendem e mesmo crescem um com o outro. O diálogo, por isso mesmo, não nivela, não reduz um ao outro. Nem

é favor que um faz ao outro. Nem é tática manhosa, envolvente, que usa para confundir o outro. Implica ao contrário, um respeito fundamental dos sujeitos nele engajados que o autoritarismo rompe ou não permite que se constitua. Assim também a licenciosidade, de forma diferente, mas igualmente prejudicial. (FREIRE, 1992, p. 60).

Dessa forma, a riqueza da busca por processos educativos alternativos, como os que constituem a Educação em Agroecologia, será composta da plenitude que envolve educandos, educadores e pessoas do campo, conforme o referenciado em Moraes (2010) quando compreende que a educação continua sendo um caminho de recuperação social e, para tanto, não pode ser ocorrer exclusivamente dentro das escolas. Segundo o autor, os processos educativos precisam agir “na contestação dos desmandos criminosos da mídia, na contestação política dos autoritarismos governamentais” (MORAIS, 2010, p. 132) de forma que acreditem na capacidade de aperfeiçoamento e melhora do ser humano e, principalmente, sentem-se dispostos a formar uma outra sociedade.

Na Educação em Agroecologia, enquanto atendida por esse modelo educacional alternativo, podem ser constituídos, além de projetos de aprendizagem, também de pesquisa e de extensão, a fim de consolidar a agricultura agroecológica e a inclusão social através do trabalho de valorização dos conhecimentos e das populações tradicionais rurais. Pazmiño, Concheiro e Wahren (2017) permite observar o sucesso dessa articulação, quando descreve que:

Experiências focadas na formação de escolas agroecológicas, com base no cuidado da terra e da água, na manutenção e reprodução de sementes nativas, no cultivo sem agrotóxicos e transgênicos, na comercialização de produtos diretamente do produtor ao consumidor, são consideradas bem sucedidas. (PAZMIÑO; CONCHEIRO; WAHREN, 2017, p. 34).

Entende-se, portanto, a Agroecologia como um modelo sustentável de vida, de relações e de produção e a educação como um meio possível para proporcionar a transformação social necessária para a obtenção dessa sustentabilidade. Para tanto, a fim de que essa articulação promova as mudanças necessárias, deve-se considerar a Agroecologia como um conjunto sistêmico de ciências. A intencionalidade na busca de uma educação alternativa aos padrões convencionais é articuladora da convergência de pessoas com pensamentos, convicções e crenças semelhantes. Segundo Honnet (2003), os indivíduos trazem para a sociedade expectativas e reivindicações de caráter moral, construída por suas percepções individuais dos meios em que realizaram sua trajetória. É através dessas expectativas e reivindicações que buscam garantir meios de expressão da sua identidade e da sua autorrealização.

5 Considerações Finais

Pelo reconhecimento de que a Agroecologia é um entrelaçamento de ciências nas quais as dimensões da sustentabilidade são relacionadas de forma equilibrada, justa e igualitária, é possível restabelecer as conexões que permitem a retomada de uma consciência humana a fim de transformar a realidade. A Agroecologia, dessa forma, abrange um conceito que transpassa técnicas de uma produção alternativa de alimentos, por integrar uma área de conhecimento social. Pelo respeito à natureza, considerando os seres humanos como parte dela, apresenta alternativas de suporte econômico viável e possível em um modelo alternativo ao hegemônico. A Agroecologia é uma possibilidade de produção, de estilo de vida e de educação sustentáveis, que proporcionam o Bem Viver.

As interfaces entre Agroecologia e Educação estudadas nesse trabalho proporcionaram reflexões e questionamentos a respeito de seus papéis sociais. Por entender a Agroecologia como uma série aberta e democrática de ciências, composta de saberes e hábitos, pode-se entender que um estilo de vida de Bem Viver, compatível com o respeito à vida em todas as suas formas, se torna real e possível.

Referências

- ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária; 2002.
- BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- BRANDEMBURG, A. Do rural tradicional ao rural socioambiental. **Revista Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. XIII, n. 2. p. 417-428. jul.-dez. 2010.
- CAPORAL, J. A.; COSTABEBER, F. R. Análise funcional da sustentabilidade. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.3, n.3, p 70-85, jul./set. 2002.
- ELIAS, N. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994.
- FREIRE, P. **Cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2000.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 9 ed., Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra. 1981.
- FREIRE, P. **Política e Educação**. São Paulo: Cortez Editora, 1997.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- HONNET, A. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: ed. 34, 2003.
- LOVELOCK, J. E. In: THOMPSON, W. I. **Gaia: uma teoria do conhecimento**. São Paulo: Gaia, 1987.
- MAZALLA NETO, W. Agroecologia e movimentos sociais: entre o debate teórico e sua construção pelos agricultores camponeses. 2014. 202 f. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola, área de concentração de Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola, Campinas, SP, 2014.
- MORAIS, R. Deus, a ciência e a Educação. In: INCONTRI, D. (Org.). **Educação e espiritualidade: interfaces e perspectivas**. Bragança Paulista: Comenius, 2010.
- MORIN, E.; LE MOIGNE, J.L. **A Inteligência da Complexidade**. São Paulo: Petrópolis, 2000.
- NARANJO, C. **A revolução que esperávamos**. Brasília: Verbena, 2015.
- OBREGÓN, A. Q. “Bem viver”: entre o “desenvolvimento” e a “des/colonialidade” do poder.

Revista da Faculdade de Direito da UFG, v. 37, n. 1, p. 46-57, 2013.

PAZMIÑO, C. P.; CONCHEIRO, L.; WAHREN, J. **Agriculturas alternativas en Latinoamérica**. Tipología, alcances y viabilidad para la transformación social-ecológica. Fundación Friedrich Ebert. México: Ciudad de México. 2017.

SOUSA, R. P. Agroecologia e Educação do campo: desafios da institucionalização no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 140, p.631-648, jul./set. 2017.

¹ As formas de apropriação de produtos e bens, neste trabalho, referem-se ao questionamento sobre a propriedade dos bens ou produtos, ou seja, se eles podem ser socializados ou são necessariamente de uma posse privada.